

Instalação da mesa de negociação com servidores é confirmada para 7 de fevereiro

O dia 7 de fevereiro, terça-feira, foi confirmado como data oficial para instalação da mesa de negociação permanente com servidores do Executivo Federal. A oficialização de uma data é importante para que se tenha início o debate que deve levar ao atendimento de pautas urgentes apresentadas ao governo Lula desde o primeiro momento. Com salários congelados há sete anos, a maioria dos servidores do Executivo tem pressa para ver suas demandas mais urgentes atendidas.

É preciso que a categoria tenha claro que essa é uma luta que deverá contar com muita unidade e mobilização e não deverá ser resolvida da noite para o dia. O Anexo V do Orçamento 2023 traz R\$11,5 bilhões, considerando despesas Primária e Financeira, como previsão para fins de remuneração aos servidores do Executivo.

No entanto, não há nenhum detalhamento de como o valor será utilizado. O que se pode assegurar é que ele não é suficiente para garantir, ainda esse ano, 9% linear a ativos, aposentados e pensionistas, percentual que chegou a ser apontado pelo relator do Orçamento como possível, no entanto, novamente, sem detalhamentos.

O relator declarou defender que o reajuste para o Executivo fosse o mesmo concedido ao Judiciário. Vale destacar que os 18% já anunciados ao Judiciário deverão ser pagos em parcelas até 2025.

Aos servidores do Executivo, que acumulam perdas expressivas, caberá também um trabalho direto de força tarefa no Congresso Nacional em busca de realocação de recursos para o atendimento dessa pauta emergencial. Esse trabalho deverá fazer parte do processo que envolverá o diálogo permanente com o governo. Só nos últimos quatro anos as



perdas salariais dos servidores federais giram em torno de 27%.

Benefícios também são prioridade

Outra frente de negociação deve envolver os benefícios de servidores do Executivo, como auxílio alimentação e plano de saúde. Trata-se de um debate que não envolve os R\$11,5 bi reservados no orçamento para remuneração, uma vez que essas são despesas discricionárias.

Os valores de todos os benefícios dos servidores do Executivo fazem parte das rubricas de custeio. Isso significa que o governo pode encaminhar a qualquer momento uma Portaria que defina por novos valores para esses itens. O auxílio alimentação é um desses exemplos e tem no Executivo o valor mais defasado entre os Três Poderes, não tendo recebido qualquer reajuste desde 2016.

Já o plano de saúde é um dos pontos que pesam muito no orçamento do servidor. Hoje a contrapartida paga pelo governo nos planos de autogestão é de em média 30%, ficando o restante dos 70% na conta do servidor. Recentemente, a Geap, que atende a maioria dos servidores do Executivo e seus familiares, anunciou reajuste dos planos em mais de 9%, o que torna ainda mais urgente o debate em torno das pautas da maioria dos servidores federais.

"A ansiedade de todos é enorme, mas está claro que os desafios que vamos enfrentar pela frente no debate de nossas reivindicações serão muitos, na proporção dos problemas que se acumularam especialmente nos últimos seis anos", pontuou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef. Outro ponto que vale destaque é que todo o processo de negociação envolve a participação direta da categoria em assembleias. "A decisão da maioria é sempre soberana e são os próprios servidores que vão determinar os rumos das negociações a serem travadas com o governo", lembrou.

"Não vamos medir esforços para que nossas pautas emergenciais sejam atendidas o quanto antes, de modo a assegurar um reajuste emergencial que leve em conta todo o prejuízo sofrido pelos servidores", reforçou Sérgio. "Mas sabemos que nenhum avanço será possível sem que todos nós servidores estejamos unidos e mobilizados em torno desse propósito. Desunião e pressa em resolver algo de tamanha complexidade podem ser atitudes extremamente prejudiciais nesse momento, portanto, estejamos atentos", concluiu.

Fonte: Condsef

PF abre inquérito para investigar genocídio contra povos Yanomami

A Polícia Federal (PF) abriu nesta quarta-feira (25) um inquérito para investigar a ocorrência de crime de genocídio contra indígenas Yanomami. A abertura de investigação atende a uma ordem do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino. Ele se baseou em relatório do Ministério dos Povos Indígenas, que revelou que pelo 570 crianças indígenas morreram de desnutrição nos últimos quatro anos.

Em nota, a PF disse que irá “apurar os crimes de genocídio, omissão de socorro, crimes ambientais, além de outros crimes conexos em Terras Indígenas Yanomami”. A superintendência da PF em Roraima ficará responsável pelo inquérito, que correrá em sigilo.

Em documento enviado à PF ontem, Dino citou “incentivo político a garimpos ilegais em terras indígenas, o abandono no que tange à disponibilização de ações e serviços de saúde, bem como a ausência de estratégias para garantia da segurança alimentar aos Yanomami”.

Na última sexta-feira (20), Ministério da Saúde declarou estado de emergência de saúde pública no Território Yanomami, a maior reserva indígena do país.

No último sábado (21), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e uma comitiva de ministros visitaram a Casa de Saúde Indígena (Casai) Yanomami, em Boa Vista. Ele classificou a situação dos indígenas como “desumana” e responsabilizou o ex-presidente Jair Bolsonaro: “Em vez de fazer tanta motociata, deveria ter vergonha e ter vindo aqui”.

Dolo ou negligência

Em entrevista à GloboNews, Dino disse hoje que há “centenas” de documentos que foram enviados aos ministérios e vários órgãos públicos nos últimos anos comunicando o governo anterior sobre a tragédia dos Yanomami.

Nesse sentido, disse que os agentes públicos terão que explicar à PF porque não agiram. “A PF deve apurar se foi algo doloso ou foi puramente negligência”, afirmou o ministro. “O que vimos no sábado é que há um desmonte na estrutura de atendimento aos Yanomami.” Além da investigação, a PF prepara uma megaoperação para expulsar os garimpeiros das terras indígenas, disse Dino.

Ao mesmo tempo, uma força-tarefa do governo federal já fez entregou cinco mil cestas básicas, em um total de 85 mil toneladas de alimentos, destinada às aldeias indígenas Yanomami. Helicópteros da Força Aérea fazem a entrega dos alimentos. Na volta transportam crianças, mulheres e idosos que precisam de atendimento médico emergencial. Equipes médicas também foram enviadas à região, para tratar dos casos graves de desnutrição e desidratação.

Fonte: CUT



A Reforma Administrativa faz mal ao Brasil

CANCELA
A REFORMA
Já!